

# AS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS E AS PRÁTICAS DE DIFUSÃO

Clara Marli Scherer Kurtz

Arquivista

## RESUMO

Os arquivos públicos, mesmo representando um espaço de poder do Estado, devem na sociedade atual constituir-se em espaços de cidadania. O propósito da informação, contida nos documentos arquivísticos, é possibilitar a obtenção dos resultados desejados: o processo probatório e informativo. Para cumprir sua finalidade, as instituições arquivísticas, principalmente as públicas, devem adotar políticas públicas assumindo uma dimensão transformadora, capaz de oferecer suporte para a construção e conhecimento das mudanças sociais. São analisadas ações desenvolvidas em arquivos públicos do Estado do Rio Grande do Sul, que vêm possibilitando transformar o arquivo como espaço de ação social e educativa.

## INTRODUÇÃO

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, em seu artigo 19, estabelece que “...todo indivíduo tem direito(...) de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e idéias por qualquer meio de expressão.” Este mesmo preceito está expresso na Lei Magna do Brasil, a Constituição de 1988 e na Lei nº 8159, 8 de janeiro de 1991.

Daí, depreende-se dois complexos normativos universalmente consagrados: o dever de informar e o direito de ser informado, juntando-se a esses, a liberdade de informação.

Segundo SANTOS (2003), a informação arquivística, vista como pura e simples relação de fatos que desenha uma situação, de modo sistemático e metódico, é organizada para disponibilização em arquivos com determinado fim. O propósito da informação contida nos

documentos é possibilitar a obtenção dos resultados desejados: o processo probatório e informativo.

Tomando-se o conceito de arquivo público, apresentado no DBTA, como o “conjunto de documentos acumulados em decorrência das funções executivas, legislativas e judiciárias do poder público no âmbito federal, estadual e municipal bem como o conjunto de documentos de entidades de direito privado encarregadas de serviços públicos” e, considerando-se o Estado como produtor de informação infere-se que o Arquivo constitui um espaço de poder. No Brasil, o CONARQ e o SINAR criados em 1994, pelo decreto nº1173/94, coordenado pelo Arquivo Nacional, tem o poder de dispor sobre a política nacional dos arquivos públicos e privados.

## OS ARQUIVOS E AS PRÁTICAS DE DIFUSÃO

Os arquivos públicos, além de conservarem a documentação produzida pelas organizações no cumprimento de suas funções, representam uma fonte de poder do Estado, na medida que este disponibiliza a informação de acordo com as políticas públicas estabelecidas. Nem sempre as políticas públicas representam os interesses públicos, em virtude das ideologias, utopias, valores e objetivos sociais e que, em alguns momentos da história, ficam distantes dos valores da sociedade.

Vivemos, hoje, em tensão permanente, com a sociedade criticando o Estado pela “má” gestão da “coisa pública”, ou seja, pela incapacidade do Estado em atender às demandas de serviços sociais, dentre os quais estão inseridos os arquivos públicos, gestores de políticas públicas.

A razão política e social do arquivo é prejudicada pelos mecanismos burocráticos que:

- 1) considera os arquivos importantes, mas a ação sobre eles nem sempre é urgente, podendo esperar por outro momento e
- 2) como questão de interesse nacional, os governantes não

tomaram consciência do papel do arquivo, como órgão que exige soluções complexas para problemas complexos, como são o gerenciamento e a preservação das informações.

Durante séculos, foram produzidos uma numerosa e importante documentação relativa a diversos aspectos da vida cotidiana do homem e das instituições (nascimento, pagamentos de impostos, processos de compra e venda, contratos, etc). O interesse nessa documentação radicava, até bem pouco tempo, ao que opinavam e observavam os historiadores e investigadores. No entanto, é necessário abrir esse apaixonante mundo dos arquivos e tornar mais compreensível o estudo da História, para que não seja considerada algo distante, onde se movem uns personagens famosos e uns feitos determinados que nada dizem ao cidadão. Isto implica em mostrar os arquivos como um lugar onde se conserva a memória de nossos antepassados, sem a qual não seria possível compreender a realidade da sociedade contemporânea, ou seja, compreender melhor as mudanças históricas e sócio-culturais que se produziram na sociedade em que vivemos.

Na tentativa de socializar o trabalho dos Arquivos, muitas administrações têm empreendido campanhas de sensibilização da população com a realização de exposições, concursos, doações e atividades de visitação às suas dependências e que, freqüentemente, os resultados não correspondem aos objetivos esperados, pois os recursos operacionais, ou seja, o pessoal, os equipamentos e, principalmente, a organização e descrição do acervo não possibilitam um entendimento da história como parte da vida da população.

“No mundo globalizado, onde o tempo atropela e exige o “hoje e agora” e não deixa espaço para a revisão do feito, é extremamente importante acudir a memória e a tudo que ajude a resgatar-la.” (RAMOS, .....). O homem necessita identificar-se, reconhecer seu fazer, explicá-lo, pertencer a algo ou alguém. Essa necessidade de “pertença” se estabelece quando o homem consegue manter viva a memória e isto, muitas vezes, se sustenta nos documentos.

Por isso, o arquivista deve sair do campo da atividade administrativa, ou seja, selecionar e identificar massas documentais acumuladas durante anos, fruto do descaso ou desconhecimento de administradores “bem intencionados”, que continuam a produzir mais e

mais documentos, em suas reformas administrativas, sem lembrar que, tão importante quanto implementar reformas e programas é buscar, nas experiências passadas a base para a solução dos problemas da sociedade.

É de competência do arquivista mostrar o verdadeiro sentido da organicidade dos arquivos, integrando cidadãos e patrimônio documental. Como lembram BELLESSE e GAK (2004), “é preciso ir além da apresentação (organização dos arquivos). É importante que nos libertemos do paradigma tecnicista/administrativo” e partir em direção a uma nova jornada social: promover a interlocução entre os arquivos e a sociedade.

Tendo em vista a grande atração dos recursos tecnológicos resultantes do uso do computador, os gestores públicos e políticos têm dificuldade de estabelecer correlação entre suas necessidades de informação com a existência de um serviço de arquivo ágil e eficaz e, por isso, grandes investimentos são realizados com a aquisição de equipamentos e softwares que, rapidamente, se constata incompatíveis com os propósitos para os quais foram adquiridos.

Muito embora o esforço dos arquivistas na conscientização dos administradores, através de um trabalho diário e constante sobre o mundo dos arquivos é, segundo ALBERCH (2000), “evidente a necessidade de elaborar um plano estratégico de promoção da imagem do arquivo e, para conseguir este objetivo é vital contar, em primeiro lugar, com uma identidade institucional plenamente consolidada”.

Um fator que dificulta a atuação e a consolidação da imagem institucional do arquivo é a vinculação dos serviços de arquivo à área da história e da cultura, que leva a “uma leitura parcial da função arquivística”, relacionando os arquivos, por um lado, essencialmente a uma prática histórica, elitista e erudita e, por outro, colocando-o nas últimas posições na agenda política em que os arquivos representam o último escalão dos interesses culturais, onde “maior rentabilidade de imagem e prestígio social” é dado aos museus, bibliotecas, teatros, etc.(ALBERCH, 2000)

Isso nos leva a reiterar a idéia expressa nos manuais de arquivística que os arquivos devem estabelecer-se como um serviço vital, de caráter transversal e interdepartamental, a órgãos hierarquicamente superiores, como as gerências, presidência, secretarias gerais, para que possa desempenhar um papel de liderança na gestão documental, exercendo sua competência em todos os âmbitos da organização.

Algumas instituições públicas e privadas, graças ao dinamismo dos profissionais em seu labor diário de conscientização do papel do arquivo e do reconhecimento como espaço de poder, que o arquivo representa para as administrações, vêm estabelecendo novos paradigmas no posicionamento e organização dos seus serviços de arquivo.

Podemos citar os benefícios conseguidos pelo Arquivo Nacional com sua transferência para a Chefia da Casa Civil, a partir de 2000, depois de décadas vinculado ao Ministério da Justiça, que não possibilitava a comunicação com os demais órgãos da administração federal.

O trabalho dos profissionais têm motivado o aparecimento de situações novas, como o município de Canoas do Rio Grande do Sul que, com a implantação de um Projeto de Organização dos Arquivos, parte integrante de um grande programa de Modernização Administrativa do Município, aprovou, em dezembro de 2003, a lei de criação do Arquivo Público Municipal, subordinado diretamente a Secretaria de Governo, contando em sua estrutura com serviços de Arquivo Geral, Arquivo Permanente e Preservação, incluindo as atividades de gestão da documentação produzida pelos diferentes órgãos da administração municipal, de conservação preventiva, com definição de padrões para preservação pela microfilmagem e difusão cultural e educativa. O Serviço de Arquivo Histórico, subordinado à Secretaria da Cultura, existente na estrutura administrativa até dezembro passado, mesmo sem fazer o recolhimento da documentação produzida pelo município, sempre buscou um inter-relacionamento com a sociedade, através da realização de exposições em datas significativas, publicações que contam a história dos bairros e das ruas do município, participação mensal no Programa de Comunidade Solidária, onde é mostrado um pouco da história da Cidade de Canoas. Além disso, o município definiu, também, um espaço para instalação do Arquivo, em prédio situado junto a Administração Central, que compreende um complexo histórico

administrativo do Município, possibilitando a criação de uma identidade institucional, como casa da memória e informação.

Essa mudança de paradigma é reflexo da exigência da sociedade de informação em transformar informação em conhecimento. Daí, porque os arquivistas e administradores devem se preparar para dar maior visibilidade ao conteúdo dos fundos documentais, possibilitando que a crescente diversidade de tipologias e suportes documentais sejam inseridos no acervo e disponibilizados a seus usuários que buscam, cada vez mais, informações que expliquem as mudanças históricas, sociais e culturais do mundo em que vivem e não mostre somente “o desenvolvimento de uma história oficialista e institucional, usualmente a margem das reivindicações e necessidades de cidadania”. (ALBERCH, 2000)

A prática comum de que a política de acesso seja estabelecida para atender o pesquisador “erudito”, havendo algumas restrições com relação ao usuário comum, que busca o arquivo para satisfazer necessidades e curiosidades pessoais, tem mudado, na maioria dos arquivos, a partir da democratização, com as organizações sociais ocupando cada vez mais um espaço nas decisões sobre políticas públicas. O arquivo, além de cumprir as funções precípua de recolher, tratar, conservar, difundir e tornar acessível a consulta tem ainda a função de servir ao cidadão comum e aos futuros cidadãos, no sentido de conhecer sua herança cultural e sua identidade, preservar o patrimônio histórico como também acessar o conhecimento de maneira lúdica, por meio de atividades culturais e educativas que se constituem na chamada função cultural ou social.

Para ALBERCH, a ideia de oferecer serviços dirigidos a todos os públicos é um erro e a segmentação dos usuários é a única saída viável. Para isso, o arquivo público deve oferecer atividades dirigidas tanto a um público geral como também planificar adequadamente a oferta e dirigir as ações a usuários específicos. Um exemplo que pode ser citado é o Programa de Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, que leva aos municípios do Estado, com forte colonização açoriana, na semana do Município, uma exposição com documentos e fotos relativos ao município, que se encontram no Arquivo Público acompanhado de documentos, materiais e peças que mostram a cultura atual dos Açores. A experiência mostra uma

dimensão mais ampla do arquivo, pois colabora para que o cidadão daquele município encontre na história preservada, sua herança cultural e o testemunho social de sua identidade e memória de seu povo.

O governo como elemento produtor e detentor do patrimônio histórico é também elemento essencial na relação documento de arquivo e sociedade. Em pesquisa realizada por CASTANHO (1998), fica claro que “a postura dos dirigentes governamentais revela um descompromisso com investimentos no Arquivo, trazendo desestímulo àqueles que desenvolvem tarefas específicas” agravado pelo fato de, a cada nova gestão, novas propostas serem implementadas e que não refletem continuidade para a preservação do acervo.

Conhecedores do potencial informativo que se encontra em nossos arquivos, o que fazer para que nossos dirigentes percebam que o estabelecimento de políticas arquivísticas, bem planejadas e estáveis, ao serem contabilizadas, se convertem em capital informativo?

A resposta a esse questionamento, que nos fizemos quase diariamente, começa por uma mudança de atitude, buscando, através da adoção de programas de educação patrimonial uma articulação e comprometimento da sociedade civil.

A definição clara da identidade do arquivo só se consolida através de um processo de reflexão sobre o trabalho que realiza, os recursos que dispõe e o conhecimento de seus usuários reais e potenciais. A elaboração de um plano de treinamento e motivação do pessoal acarreta uma melhoria na comunicação e nas políticas de qualidade dos produtos oferecidos pelo Arquivo.

Neste sentido, é interessante destacar o reconhecimento alcançado pelo Arquivo Histórico de Porto Alegre “Moisés Velhinho” que atendendo aos anseios da população aprovadas no Orçamento Participativo, adquiriu identidade institucional, como lugar específico de armazenamento e guarda de artefatos da memória coletiva da cidade, com documentos que podem servir para diferentes olhares e leituras do passado, a partir da adoção de ações propostas pela Coordenação de Memória Cultural da Secretaria Municipal de Cultura, expressas no documento “A memória numa cidade democrática”, de 1995. O

Orçamento Participativo é um programa do governo municipal de Porto Alegre, pelo qual a população discute e aprova as ações nas quais o orçamento do município deve ser gasto, anualmente. E Porto Alegre tem demonstrado que decidindo sobre “o orçamento do município, as populações de muitas regiões da periferia têm explicitado, através das escolhas que realizam a sua “fome de pão e de beleza” (Fre i Beto, 1991), referindo-se às necessidades artísticas e intelectuais que todas as pessoas possuem, pois a vida precisa ir além do pão, para existir dignamente” (BERGAMASCHI e STEPHANOU, 2000). Pelo Orçamento Participativo, o Arquivo Histórico conseguiu restaurar dois casarões do século XIX e que, hoje, abrigam o setor administrativo, com salas de consulta, laboratório de restauração, sala de higienização e descrição de documentos, um auditório, que é disponibilizado a comunidade para atividades culturais. Para o acervo, foi construído um prédio anexo, com todas as características necessárias para sua preservação. Além disso, em parceria com a Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Arquivo Histórico desenvolve, desde 1998, programas de Educação Patrimonial como:

- 1- Projeto PAPEL ANTIGO & PAPEL VELHO – que busca fomentar a valorização do patrimônio documental mantido pelo Arquivo, entendendo a documentação como um importante suporte da memória coletiva. É destinado a alunos de 1ª a 4ª série do ensino fundamental e inicia com uma viagem ao século XVIII, quando uma artesã, demonstra o processo de fabricação do papel a partir de trapos, dando uma idéia da tecnologia utilizada nos processos de reciclagem do papel nos dias de hoje. Em seguida, as crianças percorrem o Arquivo, acompanhados por um dos mais temíveis predadores do papel, a Broca, representada por uma atriz, que apesar de esfomeada, descobre com as crianças, os métodos de preservação do acervo, conhece importantes registros históricos da cidade e também documentos eletrônicos que fazem parte do mundo contemporâneo como suportes da memória.
- 2- Projeto VIVO TOQUE - dirigida a estudantes de 5ª a 7ª séries, da rede pública municipal, tem como enfoque a interpretação do documento histórico. Os estudantes começam conhecendo os casarões do século XIX, os diversos serviços, o acervo, os cuidados com os documentos e a sala de pesquisa, quando são, subitamente, surpreendidos pelo Detetive Coruja, que está investigando um fato da história de Porto



Alegre, até hoje não elucidado: o incêndio do Mercado Público, em 1912. Como são muitas as pistas, o detetive Coruja, que se considera o melhor de Porto Alegre, converte os estudantes em seus auxiliares e inicia uma aventura investigativa pelos meandros do Arquivo. Para potencializar a participação dos alunos e dar apoio ao professor, são enviadas sugestões preparatórias para serem trabalhadas em aula. Ao final da oficina, os estudantes discutem sobre as semelhanças de procedimentos da investigação detetivesca com a historiográfica e, a partir do conhecimento de documentos que contam um fato da história da cidade, conseguem compreender melhor o contexto histórico do início do século XX.

- 3- Projeto SENSIBILIZAÇÃO PARA A VIDA NO ÂMBITO HUMANO, CULTURAL E AMBIENTAL - recentemente criado, aborda questões da vida natural e do patrimônio material e imaterial. Numa interessante interface entre meio ambiente e artes, as crianças são estimuladas a vivências lúdicas em que a natureza e a cultura são valorizadas. Como o Arquivo tem uma localização privilegiada, entre rochas e plantas e árvores, o projeto é apresentado pelo personagem “Rochinha”, um ser mutante e morador naquele espaço, proporciona momentos únicos em que a magia e o encantamento despertam para o cuidado e respeito a todos os bens da humanidade.

Estes projetos têm demonstrado à comunidade portoalegrense que pode e deve usufruir daquele espaço público, oportunizando experiências de participação na elaboração de narrativas e reinvenção de valores e significados da cidade a partir do acervo sob sua responsabilidade. A cada ano, novos grupos têm se agregado ao Arquivo, que dispõe de auditório para realização de eventos, reuniões e discussões sobre os interesses da comunidade a serem reivindicados no próximo Orçamento Participativo. Nos últimos meses, grupos da chamada “Melhor Idade” buscam o Arquivo, não só para visitas, mas com o propósito de resgatar documentos e fatos vividos, que se encontram adormecidos na memória pessoal e coletiva. Muitos outros arquivos poderiam ser nomeados, que promovem ações para difusão do conteúdo de seus fundos, inclusive com a socialização na divulgação das pesquisas realizadas no Arquivo. É o caso do Arquivo Público do Rio Grande do Sul que tem promovido eventos como “O Arquivo Público Discute”, com o objetivo de promover a interação entre o APERS, enquanto instituição pública que desenvolve política cultural e a sociedade gaúcha e

a “Mostra de Pesquisa do APERS”, com o intuito de promover o intercâmbio entre os pesquisadores e a comunidade acadêmica, possibilitando um espaço para exposição e argumentação das idéias trabalhadas, além de programa de visitação de estudantes de escolas públicas interessados em conhecer o riquíssimo acervo do Arquivo.

Os arquivos, na verdade, tem empreendido ações que remetem ao compromisso cultural de disponibilizar as fontes documentais, que nos impedem de esquecer a realidade do “ontem”.

## CONCLUSÃO

As políticas públicas dirigidas aos arquivos devem pautar, cada vez mais, por ações que levem a democratização da informação, como garantia dos direitos do cidadão. O arquivo deve ser reconhecido como a casa da memória, parte importante do patrimônio histórico e cultural de uma comunidade que leva a aumentar sua rentabilidade como serviço público.

São, pois, os arquivistas, como diz CHACÓN ARIAS, que devem promover campanhas educativas sobre o direito de acesso de todo cidadão, aos documentos públicos, na defesa de seus direitos e como garantia da necessária eficiência e transparência da gestão governamental.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALBERCH i FUGUERAS, Ramón. Ampliación del uso social de los archivos, estrategias y perspectivas. In: Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica. Rio de Janeiro, 2000.

BELLESSE, J. e GAK, L.C. Arquivística: a pertença cidadã. Rio de Janeiro, 2003.

BELLOTTI, Heloisa L. Arquivos permanentes: tratamento documental. 2.ed. rev.e ampl. Rio de Janeiro:FGV, 2004.

BERCOFF, Maria Graciela. Funciones del Archivo Público y su misión de informar.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida e STEPHANOU, Maria. Vivo Toque: memória e história no Arquivo. Programa de Educação Patrimonial. Porto Alegre: Faculdade de Educação-UFRGS, 2000.

CASTANHO, Denise M. A política de Pesquisa no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Educação, UNIFRA. Santa Maria, 1999.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS, Paris, 1948.

CHACÓN ARIAS, Virginia. El acceso a los documentos archivísticos de Costa Rica.

DICIONARIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGÍA ARQUIVÍSTICA. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros. Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria Estadual de Cultura, 1996.

JARDIM, José Maria. Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental. Niterói: EDUFF, 1999.

LOZANO LEAL, Faustino. El archivo, un centro vivo y abierto a la actividad escolar: propuesta didáctica. Toledo Conserjería de Educación y Cultura. 1996.

RAMOS, Lourdes. Archivo y sociedad: um compromisso de todos.

ROSSEAU, J e COUTURE, C. Os fundamentos da disciplina arquivística. Tradução Magda de Figueiredo. Lisboa:Publicações Don Quixote. 1998.

SANTOS, Joel A. P. O acesso à documentação dos arquivos como razão e contra-razão de Estado e a produção do conhecimento histórico-social no Mercosul. Dissertação de Mestrado em Integração Latino-Americana- UFSM. Santa Maria, 2003.